

7.02.99 - Sociologia

## NARRATIVAS NEGRAS SOBRE REFÚGIO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Phirtia R.R. da Silva<sup>1\*</sup>, Dra. Vera da Silva Telles<sup>2</sup>

1. Estudante da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)
2. Professor da FFLCH-USP - Departamento de Sociologia/Orientador

### Resumo

As solicitações de refúgio aumentaram vertiginosamente nos últimos anos e passaram a mobilizar recursos, ações e sentimentos voltados à proteção destas populações. Baseando-se em uma etnografia realizada em uma instituição filantrópica de acolhida a imigrantes na cidade de São Paulo, buscou-se promover uma reflexão acerca da relação entre o refúgio negro e o Estado Brasileiro, detendo-se, particularmente no fenômeno da gestão humanitária do refúgio negro.

Em linhas gerais, argumento que o governo humanitário abre espaços para a aplicação, na vida cotidiana, de uma gestão racializada das populações negras solicitantes de refúgio através de três principais aspectos: i. o choque de percepção do que é “ser negro” no contexto local; ii. a gestão política da dor como um dispositivo de racialização e iii. a desproporcional produção narrativa e circulação informal interinstitucional de informações sobre corpos negros solicitantes de refúgio.

**Palavras-chave:** Refúgio negro; Governo humanitário; Racismo;

**Apoio financeiro:** Cnpq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Trabalho selecionado para a JNIC:** USP

### Introdução

A categoria jurídico-política *refúgio* surgiu apenas no pós-Segunda Guerra Mundial e limitava-se a população europeia (MOREIRA, 2012). Hoje, segundo a legislação brasileira, este status é destinado àquela pessoa “que tenha sofrido perda da proteção de seu Estado, e que tenha um fundado temor de perseguição em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política, ou grave e generalizada violação dos direitos humanos” (JUBILUT, 2014). Entretanto, diversos outros fatores influenciam a gestão deste direito, tais como a ideia de segurança nacional e as obrigações financeiras (MOREIRA, 2012). Deste modo, a análise das solicitações de refúgio também exerce uma função de selecionar seres humanos “desejáveis” para adquirir este status (TAPPA, 2017).

No Brasil, a questão do refúgio tem ganhado projeção e relevância nos últimos anos dado que houve um aumento de 2.868% nas solicitações em busca deste status jurídico-político (Polícia Federal, 2016). Embora este aumento não indique um cenário de crise, a importância deste campo de estudos é imperativa no que diz respeito à reflexão do pano de fundo político-administrativo e moral da gestão do refúgio negro. A presente pesquisa, contribui, desta maneira, para pensar acerca da aplicabilidade dos direitos humanos a partir de alguns elementos institucionais locais e da vida cotidiana.

Devido à escassez e à falta de clareza em dados oficiais sobre os indeferimentos de solicitações de refúgio por raça/cor/nacionalidade, hoje, no Brasil, não é possível afirmar se solicitantes de refúgio brancos recebem mais deferimentos do que os solicitantes negros de territórios específicos. Desta maneira, o presente trabalho se propôs a investigar as possíveis consequências de um governo humanitário para a gestão do refúgio negro a partir de dados coletados em trabalho de campo etnográfico. Este conteúdo poderá, assim, informar uma série de possibilidades de direitos e manipulação de regulamentos através da interlocução de funcionários de um abrigo e de solicitantes de refúgio recém chegados ao Brasil.

### Metodologia

A fim de concretizar tal análise, realizei uma etnografia em um abrigo pertencente a uma instituição filantrópica de acolhida a imigrantes vinculada à igreja católica na cidade de São Paulo. O método utilizado nesta pesquisa foi o da observação participante, ou a *participação observante*, como sugeriu Loïc Wacquant (2002). Deste modo, realizei um trabalho voluntário na instituição promovendo atividades de lazer como sessões de cinema e saraus para os acolhidos no abrigo. Estas funções facilitaram diversas interações com os migrantes e com os funcionários.

Devido ao conteúdo delicado tratado nesta pesquisa, optei, além disso, por omitir o nome da instituição na qual fiz o campo etnográfico, bem como por criar nomes fictícios para os meus interlocutores. A referida instituição de acolhida foi, e continua sendo, uma grande referência no atendimento e proteção de imigrantes

na cidade de São Paulo. Nesse sentido, é importante ressaltar que o conteúdo apreendido nesta análise tem por objetivo apresentar um contexto macropolítico de execução de dispositivos e práticas dentro do qual a instituição é apenas uma parte de um todo organizado.

Além disso, uma instituição não-estatal foi escolhida com o intuito de gerar um certo distanciamento das categorias e discursos *estadocêntricos*, gerando, assim, uma maior aproximação das narrativas produzidas na vida cotidiana e uma maior abertura para identificação de reformulações e novas práticas. Com o objetivo de capturar as transitividades e superposições da vida real (TELLES, 2015), solicitantes de refúgio foram escolhidos como interlocutores desta pesquisa. Por conseguinte, foi possível entender de que forma a categoria refúgio era apropriada na vida cotidiana e, além disso, de que forma o Estado era capaz de gerir este direito. Deste modo, refúgio é entendido nesta pesquisa, principalmente, como uma expectativa de direitos. Por fim, os funcionários da instituição também foram incluídos como interlocutores, uma vez que eram capazes de disputar as narrativas negras sobre refúgio e a gestão do refúgio propriamente dito.

Devido a situação de vulnerabilidade material e emocional dos solicitantes de refúgio, optei por não aplicar entrevistas semi-estruturadas. Como estes indivíduos passam por constantes inquéritos formais e informais e uma vez que estes inquéritos expressavam uma série de violências e hierarquizações, os conteúdos utilizados nesta pesquisa foram coletados em diário de campo etnográfico, o qual, de maneira descritiva, reproduziu os diálogos e situações cotidianas.

As perspectivas teórico-metodológicas transitaram, de maneira interdisciplinar, entre a Antropologia da Violência, a Antropologia da Política e da Moral, bem como entre as questões que envolvem os estudos migratórios e os estudos sobre as políticas migratórias na atualidade.

## Resultados e Discussão

Didier Fassin (2012) argumenta que, no mundo contemporâneo, existe uma decisiva articulação entre as políticas da ordem e as políticas do sofrimento em meio às quais os sentimentos morais ganham grande notoriedade. Com o pano de fundo moral do humanitarismo, os sentimentos morais, como a compaixão, tornam-se essenciais para a política contemporânea, porque são capazes de mobilizar afetos, recursos e práticas a partir de catástrofes, dores e conflitos. O Governo, para ele, é entendido de uma maneira mais ampla: destina-se ao gerenciamento da vida dos seres humanos e é exercido por diversos atores, entre eles o Estado, as instituições não-estatais, a sociedade civil, etc. Como esses sentimentos morais são incorporados à política, algumas decisões são determinadas por estereótipos, sentimentos, preconceitos e crenças.

Sabe-se que um dos elementos centrais na gestão do refúgio é o fundado temor (JUBILUT, 2007). Deste modo, durante a entrevista, espera-se uma história desejada, muitas vezes monolítica, de um intenso sofrimento causado por uma maldade extraordinária. Deste modo, a própria categoria refúgio constrói subjetividades e discursos e se consolida através de uma gestão política da dor (FACUNDO, 2019).

Além disso, Pereira (2018) afirma que alguns imigrantes negros recém chegados ao Brasil, vivenciam um choque de percepção do que é “ser negro” no contexto local. Uma vez que meus interlocutores eram migrantes recém chegados ao Brasil, este choque de percepção se fazia constantemente presente na dificuldade de identificar violências racistas. Um dos meus interlocutores, um homem haitiano de meia idade, contou-me que aconteciam “algumas coisas” na sua convivência com os funcionários. Ao perguntar se eles o tratavam mal de algum modo, José confirmou: “disse que às vezes agiam de forma que pareciam desconfiar dele” (trecho de diário de campo, 2019). Na sua percepção essa “desconfiança” estava mais relacionada ao sentimento de ser “tratado mal” do que de uma construção retórica bem delimitada sobre a causa desta desconfiança.

No caso dos imigrantes negros de pele retinta, identificados como “os africanos”, além dos questionamentos de validade e veracidade, somava-se uma série de estereótipos racialmente orientados: dimensões como limpeza, organização, preguiça, capacidade de subordinação passavam a ser elementos de escrutínio. Além disso, havia um cenário de banalização das dores representada pela frase dita à uma mulher angolana que recusou um emprego informal para trabalhar em um estado desconhecido por ela, sem uma carga horária máxima, porque alguns conhecidos aconselharam que ela iria sofrer se o fizesse: “todo mundo sofre. Eu também sofro [...] A vida é assim”, respondeu uma das assistentes sociais ao ouvir o relato.

Dentro da instituição de acolhida foi possível perceber que os sentimentos morais também estavam presentes na gestão de recursos e benefícios. Choros, histórias de estupro e tortura tornavam mais fácil o direito à estadia no abrigo. Funcionários diziam “sentir” que um migrante era potencialmente problemático; as melhores doações eram distribuídas para aqueles que mais conseguiam demonstrar gratidão no convívio cotidiano. Além disso, foi possível perceber que a instituição de acolhida estava inserida em uma rede de conexões interinstitucionais com as quais constantemente trocavam informações. Cada migrante possuía um dossiê com uma série de documentos e pedaços de papel com recomendações e avaliações de padres, gestores locais, assistentes sociais e outros funcionários que haviam tido contato com o migrante. Informações sobre os migrantes eram trocadas por telefone ou grupos de whatsapp e em reuniões informais. As margens de manipulação das regras e procedimentos e a circulação de informações envolviam não apenas funcionários de instituições não-estatais ou da sociedade civil, mas também agentes do próprio estado no exercício de suas funções: funcionários de embaixadas, policiais militares, etc.

Os próprios migrantes reconheciam esta margem de manipulação e constantemente mudavam o seu curso de ação a fim de protegerem-se. Ao terem um dinheiro roubado dentro da instituição, expliquei a dois

solicitantes de refúgio acolhidos o que era um boletim de ocorrência, na tentativa de ajudá-los. Entretanto, eles contaram que não tinham como ir na política, porque “não conseguiriam fazer com que acreditassem neles” e, se eles o fizessem, “apenas uma ligação deles - ‘just one call’, repetia ele enfaticamente - poderia acabar com as suas chances de construir a vida em outro lugar”. “Disse-me que era muito injusto, porque “Alá sabia” que eles estavam falando a verdade, mas não podiam fazer nada sobre ela” (trecho de diário de campo, 2020).

## Conclusões

Este processo de racialização de corpos negros de pele retinta, permite uma redefinição da escala da dor na vida cotidiana na qual corpos negros tem suas dores diminuídas em comparação às dores sofridas por corpos brancos. Nesse sentido, se um dos elementos centrais da gestão do refúgio é a dor ou o sofrimento, percebe-se que os corpos negros podem ter suas análises de solicitações de refúgio prejudicadas pela redefinição da escala da dor provocada pelo contexto de racialização socialmente estabelecido.

Conforme afirma Bourdieu (1986), as histórias de vida variam de acordo com a situação na qual são expressas e com os posicionamentos e deslocamentos no espaço social. Nesse sentido, pode-se concluir que quanto mais o migrante estiver informado sobre o contexto social local, maiores as suas chances de expressar uma história “desejável” e, portanto, de obter o status de refugiado. Entretanto, se a percepção sobre o que é “ser negro” no Brasil ainda aparece de maneira difusa, estes migrantes vivenciam uma outra desvantagem: devido a pouca experiência com o contexto social local, o poder de agencia destes sujeitos sobre os próprios repertórios discursivos se torna prejudicado no momento da entrevista.

Além disso, o trabalho de campo indicou que os corpos negros de pele retinta são alvo de uma maior vigilância, por serem mais frequentemente considerados “potencialmente problemáticos”. Levando-se em conta que, no contexto do governo humanitário, existe uma margem de manipulação das regras e procedimentos por parte tanto de agentes do Estado quanto de funcionários de instituições não-estatais, a intensa vigilância sobre estes corpos é realizada com a circulação informal de informações interinstitucionalmente.

Em um país com um acentuado racismo estrutural sobre as populações negras, argumento que esta gestão humanitária permite uma gestão racializada do refúgio negro, de modo que a raça/cor torna-se um elemento central da gestão do refúgio, que por sua vez é compartilhada por diversos atores, entre os quais o Estado.

Nesse sentido, este dispositivo político-jurídico encontra limitações em termos de aplicabilidade devido a um cenário macropolítico e moral e, ademais, de um contexto social local de racismo estrutural. Deste modo, esta pesquisa refletiu sobre as possibilidades de negação de direitos a partir da convivência cotidiana com solicitantes de refúgio recém-chegados ao Brasil abrigados em uma instituição de acolhida na cidade de São Paulo.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. 2006. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos Abusos História Oral. (edição) Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 183-191. ISBN: 978-85-2250-200-
- FACUNDO, Ângela. 2019. Deslocamento Forçado na Colômbia Política de Refúgio no Brasil: Gestão de populações em êxodo. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.13 N.1. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n1.2019.21877>
- FASSIN, Didier. 2012. Humanitarian Reason: a moral history of the present. Translated by Rachel Gomme. Berkeley, Los Angeles and California: University of California Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt1pptomk>> Acesso em 27 de outubro de 2020.
- JUBILUT, Liliana Lyra. 2007. O Direito Internacional dos Refugiados sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro. São Paulo: Método. ISBN 978-85-7660-198-2
- JUBILUT, Liliana Lyra. 2014. O Procedimento de Concessão de Refúgio no Brasil. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/estrangeiros/o-procedimento-refugio-no-brasil.pdf>>. Acesso em 06 de outubro de 2020
- MOREIRA, Julia Bertino. 2012. Política em Relação aos Refugiados no Brasil. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. pág. 53- 140
- PEREIRA, Branco Alexandre. 2018. O Refúgio Do Trauma. Notas Etnográficas Sobre Trauma, Racismo E Temporalidades Do Sofrimento Em Um Serviço De Saúde Mental Para Refugiados. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil.Hum., Brasília, v.26, n.53, ago. p. 79-97. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n53/2237-9843remhu-26-53-079.pdf>>. Acesso em 27 de outubro de 2020.
- POLÍCIA FEDERAL. 2016. Relatório refúgio em números. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros\\_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf)>. Acesso em 06 de outubro de 2020

TAPPA, Truyitraleu. 2017. A Política Brasileira de Migrações no Contexto da Governança Global Migratória. Dissertação de

mestrado. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. UNB. Brasília

TELLES, Vera. 2015. Fronteiras da lei como campos de disputas. In: *Illegalismos e Globalização : migrações, trabalho, mercados*. Org.: Angelina Peralva e Vera da Silva Telles. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. ISBN 978-85-7108-397-4

WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Tradução: Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará. ISBN 85-7316-281-3